

O DEBATE PARADIGMÁTICO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS NA ABORDAGEM TERRITORIAL

Fábio Luiz Zeneratti

Doutorando em Geografia pela UEL

fabio.zeneratti@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste ensaio propomos uma reflexão sobre a categoria território em suas múltiplas dimensões e escalas, para tanto, o debate em torno da conflitualidade é inerente a este debate e será a partida e a chegada. No campo das disputas territoriais, o imaterial e o material serão conceitos aqui abordados, assim como o de Tipologia de Territórios.

As contribuições empíricas aqui apresentadas fazem parte da nossa vivência cotidiana e de diversos trabalhos de campo realizados no estado do Paraná desde o ano de 2010, atuando na tentativa de compreender a territorialização do cooperativismo camponês e do cooperativismo capitalista no estado, sobretudo como fruto de projetos distintos e disputas de classes, que evidentemente produzem territórios diversos.

Este trabalho foi construído a partir das discussões desenvolvidas durante a disciplina Teoria dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada pelo professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Presidente Pudente/SP. E com ele esperamos contribuir, mesmo que modestamente, para a compreensão geográfica do território e suas contradições.

AS SIGNIFICAÇÕES DOS TERRITÓRIOS: PRIMEIRAS REFLEXÕES

O território é uma categoria de análise da Geografia, é uma construção da ciência geográfica, porém, é utilizado por outras ciências, no entanto para estas ele é um conceito. O conceito nas ciências, por extensão também na Geografia, possui componentes e se define por eles, como destacou Deleuze e Guattari (1992), um conceito não pode ser de apenas um componente, como não pode ser de componentes infinitos. O fio condutor para a construção de um conceito é sem dúvida a intencionalidade do pesquisador, do cientista, enfim do pensador. A exemplo de Fernandes (2009) também concordamos com Searle (1995 *apud* FERNANDES, 2009, p. 202) que a intencionalidade é uma construção histórica do sujeito e determina a direção do pensamento. Em última instância orienta inclusive a escolha de paradigmas, correntes teóricas, modelos de desenvolvimento e ações políticas.

O território é considerado por muitos autores como elemento indissociável do espaço, ou seja, território e espaço são inseparáveis, nisso convergem Fernandes (2008), Santos (2008) e Saquet (2013). Para Raffestin (1993, p. 223) o espaço é a origem de tudo, preexiste a toda ação humana, essa é uma compreensão importante, porém, devemos acrescentar que o espaço não deixa de existir com a presença do homem. Antes, o espaço é uma totalidade, um conjunto

indissociável, solidário e contraditório de sistemas de ações e sistemas de objetos, como destaca Santos (2008), então o território é um componente do espaço. Fernandes (2008, p. 277) destaca ainda que “a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço”, portanto o território é construído a partir do espaço.

O que torna o território parte do espaço e não o espaço é a soberania, pois tanto no espaço quanto no território existem relações de poder, porém, só o território possui soberania. O princípio da soberania deve ser compreendido nas diferentes escalas geográficas do território, pois como espaço de governança é a autonomia dos governos, já no âmbito das propriedades particulares ou comunitárias é a autonomia de seus proprietários, como destaca Fernandes (2008).

Portanto, não é possível conceber um conceito de território distante das noções de totalidade, multidimensionalidade e multiescalaridade, sobretudo porque as relações de poder irão determinar a soberania nas diferentes escalas e dimensões do território. Ademais, devemos considerar que o território apresenta, de maneira indissociável, uma esfera imaterial e material, portanto as relações de poder também estarão presentes nestas esferas.

Para Fernandes (2008) devemos entender o território a partir da relação entre os espaços de governança – país, estado, município – com as propriedades, particulares ou comunitárias, construindo uma abordagem multiescalar, relacional, portanto. Porém, todo território é também totalidade, independentemente da escala, fundamentalmente distintos pelas relações sociais e escalas geográficas. São totalidades multidimensionais, nas quais as dimensões política, social, ambiental, econômica e cultural se relacionam de forma indissociável.

É neste sentido que Fernandes (2008, 2009) propõem uma Tipologia dos Territórios. Para o autor a abordagem do território apenas como espaço de governança é insuficiente, pois não avança na compreensão das conflitualidades e das disputas territoriais presentes na realidade, principalmente provenientes das relações de poder, em última instância da luta de classes. Fernandes (2008) destaca ainda, que a conflitualidade é a essência da disputa entre modelos de desenvolvimento, ou seja, da disputa territorial entre a agricultura capitalista, sobretudo o agronegócio, e a agricultura camponesa, de produção em pequena escala em bases policultoras. Portanto para o autor “a conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial” (FERNANDES, 2008, p.283).

Estas disputas inclusive estão presentes na construção do conhecimento, logo há uma disputa territorial no campo imaterial, que poderá se materializar em projetos e/ou políticas públicas de ordenamento territorial, mudando a realidade dos sujeitos atingidos por elas, o que revela uma intencionalidade, gestada no campo imaterial e processada no campo material, portanto todo território material possui um território imaterial.

Esta é uma abordagem relativamente nova, embora pesquisadores como Haesbaert (2009) e Saquet (2013) apresentem convergências no sentido de reconhecer a parte imaterial do

território, ainda não apresentaram um estudo sobre a diferenciação entre os tipos de territórios.

O conceito de território imaterial envolve o mundo do pensamento, as ideias, as teorias, as ideologias, a política. Isso não significa a nulidade das disputas, pois é a partir do território imaterial que é construído o território material, portanto imaterial e material não podem ser dissociados na análise geográfica.

O território material para Fernandes (2008, 2009) pode ser dividido em três tipos: o primeiro território – país, estado, município – é o espaço de governança. O segundo território é parte do primeiro, pois é formado por diferentes tipos de propriedades particulares e comunitárias, capitalistas e não capitalistas. Por fim, o terceiro território refere-se aos tipos de usos dos territórios, ou seja, às suas territorialidades, “é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios” (FERNANDES, 2009, p. 210).

A base proposta pelo autor para a compreensão do território é a disputa territorial, esta tipologia apresenta-se como expressão da conflitualidade presente no território. Em síntese, Fernandes apresenta uma abordagem de território a partir das disputas territoriais, material e imaterial, e propõem uma Tipologia de Territórios. Uma abordagem relacional, multiescalar, multidimensional, privilegiando as disputas que constroem os territórios.

Entretanto, a categoria território é abordada por diferentes autores, expressando em cada uma delas a intencionalidade do pesquisador. Raffestin (1993), por exemplo, elabora uma explicação da realidade material, como destaca Saquet (2013, p.75). Talvez sua maior limitação seja entender o espaço como substrato, palco preexistente ao território. Por outro lado, suas maiores contribuições, ou as mais importantes, sejam entender a natureza como elemento presente no território, as territorialidades sociais e/ou produtivas, além, evidentemente, das relações de poder, como ele mesmo destacou: “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p.58). Para Raffestin (1993), o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, gerando territorialidades no espaço.

Haesbaert (2009) colabora apresentando uma contribuição importante para a compreensão do movimento presente no território, sobretudo expresso por meio do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Ademais compreende o território em sua multidimensionalidade: Política – Econômica e Cultural – Natural.

A desterritorialização acontece quando o sujeito perde seu território, se ele descola-se para outro lugar – cidade, estado ou país – então há uma reterritorialização do sujeito, mas não do território, pois para o ator o foco principal é o sujeito. Porém, se ele retornar para o mesmo território há, então, a reterritorialização do território, pois o sujeito se reterritorializa no território de origem. A desterritorialização, ou seja, a destruição de um território implica sempre na construção de um novo território. Portanto, a ideia do fim dos territórios é refutada completamente.

Já Saquet (2013) apresenta uma abordagem do território considerando sua parte imaterial, multidimensional e centrada na noção de espaço socialmente construído. O território para Saquet (2013, p.127) “é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social”.

O foco de sua abordagem privilegia a territorialidade, ou seja, as formas de uso do território: “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território” (SAQUET, 2013, p. 127).

Para compreendermos o território certamente não podemos desconsiderar suas territorialidades, sobretudo por representarem as relações de poder, as disputas entre as classes e intraclasses que imprimem usos distintos aos territórios.

As relações de poder, que para os autores debatidos são essenciais, estão presentes em todas as dimensões e escalas, sejam produtivas ou existenciais, os territórios apresentam territorialidades compatíveis com a intencionalidade da classe que dirige sua organização.

Sobre as relações poder Raffestin (1993, p. 158, 159) destaca que:

Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

Portanto, sujeito e território são inseparáveis na análise geográfica, pois os territórios são produzidos pelo exercício do poder, ou seja, pela relação social. Porém, sempre considerando as diferentes escalas e dimensões do território, pois isso nos permite realizar uma análise que possibilite compreender a dinâmica e a disputa dos territórios, afinal entendemos que cada classe produz seu território, embora existam pontos de contato, são territórios caracterizados pela intencionalidade da classe que exerce poder, e disputa o poder, no espaço e no tempo, produzindo territórios distintos.

O debate acerca do conceito de território é complexo e amplo, compatível com a envergadura do tema. O ponto de partida para Fernandes (2008), Santos (2008), Saquet (2013) e Raffestin (1993) é o espaço e o território, entretanto a partir disso cada pesquisador desenvolve sua abordagem delimitando o conceito segundo sua intencionalidade. Não encontramos em Raffestin (1993) uma discussão sobre os tipos de territórios, mas Fernandes (2008) avança e apresenta consistente debate sobre o tema. Se Raffestin (1993) contribui ao reconhecer as relações de poder, Haesbaert (2009) e Saquet (2013) contribuem demonstrando, respectivamente, o movimento presente no território e a relevância de uma abordagem imaterial, ademais considerando a territorialidade como fundamental na compreensão do território.

Em síntese, um grande caminho já foi trilhado, abordagens generalizantes perdem força na ciência geográfica, que passa paulatinamente por avanços teóricos expressivos na abordagem territorial, mas o caminho ainda está aberto, cabe a nós geógrafos construirmos novos debates.

O DEBATE PARADIGMÁTICO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: O LUGAR DO COOPERATIVISMO CAPITALISTA

Para pensar o território a partir das disputas territoriais é necessário suprimir do debate qualquer dicotomia que possa tentar persistir, principalmente entre teoria e prática ou realidade e teoria. Sobretudo, pois a teoria, entendida como abstrata, e a realidade, entendida como concreta, são pares dialéticos indivisíveis, sendo decomposto apenas para fins didáticos, mas não analíticos.

O território é construído/destruído/reconstruído constantemente, como resultado de uma disputa que vai desde a esfera do imaterial, afinal assim entendemos a teoria, chegando à esfera do material, ou seja, da realidade concreta, sendo que, em todas as dimensões e escalas a força que alimenta este movimento é a luta de classes.

Para Fernandes (2013, p.65) “ao mesmo tempo em que ação cognitiva é produtora de territórios imateriais a ação prática é produtora de territórios materiais”, portanto esta dinâmica produz territórios a partir da intencionalidade de seus sujeitos e das relações de poder daí decorrentes.

Entender este movimento entre a teoria e a realidade, entre o imaterial e o material, é sem dúvida tarefa das mais difíceis, porém, há um caminho possível: o debate paradigmático. Fernandes (2013) em sua tese de livre docência sintetizou uma ampla reflexão acerca do tema, sobretudo demonstrando que este debate expressa a disputa do território. Ademais, produz territórios imateriais como os estilos de pensamentos (FLECK, 2010) e os paradigmas (KUHN, 1998), assim como produz territórios materiais como os coletivos de pensamentos (FLECK, 2010), as políticas públicas e os programas governamentais de organização e desenvolvimento territorial.

Na Geografia Agrária a disputa territorial em sua parte imaterial construiu dois paradigmas, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA), ou seja, dois modelos de pensamento, como assevera Fernandes (2013). Por paradigma entendemos, a partir de Kuhn (1998, p.13), que são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Porém, o utilizamos considerando uma ressalva, a de que é possível coexistirem dois paradigmas nas ciências, o que para Kuhn (1998) só seria possível em momentos de crises, que depois de superadas prevaleceria um único paradigma que responderia a todos os problemas, ou seja, haveria uma ruptura paradigmática. Portanto, neste sentido nos aproximamos mais do trabalho de Fleck (2010), pois entendemos que a ciência não pode ser desvinculada de uma perspectiva histórica. Afirmar isso implica compreender que há continuidades de ideias e não somente rupturas.

É válido diferenciarmos que Fleck (2010) trabalhou com o conceito de *estilos de pensamento* para demonstrar a homogeneidade entre os cientistas, seus modelos e formas de pensar, já Kuhn (1998) trabalhou com o conceito de *paradigma* ressaltando as crises e as rupturas paradigmáticas, o debate paradigmático proposto supera tal visão de Kuhn. Neste ensaio

utilizaremos a definição de paradigma para expor nossas formulações, porém, entendemos seus limites e possibilidades, portanto não o trataremos como conceito aprisionante, dogmático, mas em diálogo com as propostas de Fleck (2010), o que imprime dinamismo ao conceito.

Entretanto, antes de avançarmos cabe uma referência ao trabalho de Campos e Fernandes (2011) que foi preciso ao demonstrar, a partir de obras basilares para a ciência, a possibilidade de concebermos a ciência geográfica como formada por continuidades de ideias e conflitualidade de paradigmas, negando o caminho da incomensurabilidade de Kuhn (1998), o que também se apresenta evidente na Geografia Agrária, afinal não há consenso teórico quando se trata do campo.

Para Fernandes (2007) na Geografia Agrária coexistem dois paradigmas com estruturas de pensamentos diferentes: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA), que estão em constante disputa, apresentam pontos de partida e chegada distintos, isso significa dizer que ambos entendem o desenvolvimento da agricultura a partir de modelos diferentes.

O Paradigma do Capitalismo Agrário possui na obra de Abramavay (1990) seu maior sustentáculo no Brasil. O PCA apresenta relações históricas e conjunturais relevantes, pois é inaugurado em conjunto com as políticas neoliberais do início da década de 1990. Sob este paradigma não existe questão agrária, o que existe é um problema agrário, que pode ser resolvido por meio de políticas públicas. Os camponeses deixam de existir, pois haveria uma metamorfose tornando-os agricultores familiares e as desigualdades geradas pelas relações capitalistas poderiam ser superadas pela integração ao mercado capitalista (FERNANDES, 2013).

Para o PCA o campesinato é sinônimo de atraso e o agricultor familiar é o novo sujeito presente no campo, tecnificado e integrado ao mercado capitalista, não existindo formas alternativas, mas sem dúvida o maior desafio deste paradigma é desconsiderar a luta de classes, o que da *status* de sistema perfeito ao capitalismo negando suas contradições e não buscando entender seus conflitos. O PCA pode ainda ser sistematizado em duas vertentes, como destaca Fernandes (2013, p. 69): “a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual”.

Já o Paradigma da Questão Agrária parte da luta de classes e tem na obra de Kautsky (1980) de 1899 sua principal referência. Também destacamos o trabalho de Chayanov (1974) que ao estudar a estrutura interna do campesinato afirmou que a unidade de produção camponesa se difere da capitalista, pois consome e produz mantendo a centralidade na família, objetivando atender as necessidades familiares, já na capitalista a centralidade está na reprodução do capital. No Brasil foi Oliveira (1991) quem apresentou uma das primeiras análises sistemáticas que evidenciaram o lugar do campesinato na história como fruto contraditório do próprio capitalismo, com isso negando seu desaparecimento.

Para o PQA a questão agrária existe, reconhece que as desigualdades são provocadas pelo capitalismo e lutar contra o capital significa uma possibilidade de transformação estrutural da

sociedade. Fernandes (2013, p. 69) também classifica este paradigma em duas tendências: “a proletarista que tem como ênfase as relações capital trabalho e a camponesa que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital”.

Em síntese, o PCA defende a agricultura de escala, as relações capitalistas, os transgênicos, o agronegócio, o fim do campesinato e a ascensão do agricultor familiar. Já o PQA reconhece a existência dos camponeses, defende que a integração ao mercado não é seu fim, mas uma relação de subalternidade. Reconhece as contradições e conflitualidades presentes nas relações capitalistas e, sobretudo, busca alternativas, como destaca Fernandes (2008, p. 291):

Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas. As perspectivas de modernização procuram criar modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas.

Por um lado o PQA propõe alternativas para superar as relações capitalistas o PCA, que se tornou hegemônico no Brasil, propõem políticas e programas para fortalecer no território seu modelo de desenvolvimento, reafirmando as relações capitalistas, portanto gera conflitualidades entre os distintos modelos de produção/desenvolvimentos evidenciados no campo brasileiro: agronegócio e campesinato.

Em última instância, não há diferenças concretas entre o camponês e o agricultor familiar, afinal no território eles são os mesmos sujeitos, porém, teoricamente é possível concebê-los mediante paradigmas diferentes. No caso do PQA, a diferenciação que adotamos é entre agricultura camponesa e agricultura capitalista, baseando-se na relação social. Então, e vale ressaltar, não é o tipo de produção, se é policultor ou monocultor, o uso de tecnologia ou o nível de integração ao mercado capitalista que define o camponês, mas a relação não capitalista baseada na produção de base familiar, entre outros elementos.

A importância deste debate não é meramente classificatória, mas analítica, pois estes paradigmas representam modelos que disputam o desenvolvimento da agricultura, por extensão produzem uma dinâmica que influencia na organização do território.

O cooperativismo é um exemplo disso, pois sua territorialização no campo evidencia a disputa territorial. As cooperativas se tornaram estratégias tanto de recriação do campesinato quanto de reprodução do capital. Fernandes (2009) afirma que as propriedades capitalistas e as não capitalistas formam o segundo território e estão em constante conflitualidade pela disputa territorial, portanto é possível também afirmar que destas disputas emergiram modelos cooperativos distintos segundo uma perspectiva de classe: as cooperativas capitalistas e as não capitalistas.

O capital presente no campo, sistematizado na vertente do agronegócio do PCA, se apropriou do modelo cooperativo na disputa pelos territórios, produzindo cooperativas capitalistas. Pesquisadores e autores como Serra (2013) conceituam estas cooperativas como empresariais,

entretanto discordamos por entendermos que empresa não é sinônimo de capitalista, pois como destaca Schneider E. (1962, p.19) “uma empresa não representa outra coisa senão uma aparelhagem técnica, da qual o homem se utiliza para fabricar os bens de consumo. Ela consiste de uma determinada combinação real de terra e meios de produção”.

É salutar, e temos que esclarecer, que algumas cooperativas capitalistas apresentam estruturas empresariais modernas, tecnificadas e capazes de captar, processar e comercializar os produtos agrícolas em escala significativa, inserindo-os nos mais variados mercados, como fez referência Fajardo (2007) às cooperativas paranaenses Cocamar Cooperativa Agroindustrial (COCAMAR) e a Coamo Agroindustrial Cooperativa (COAMO) que possuem expressão internacional. Porém, não é a estrutura empresarial que a qualifica, mas a relação social da qual ela é produto e produz.

Portanto, o capital se apropriou da estrutura cooperativa para maximizar sua acumulação, gerando um conflito entre modelos de produção, afinal o agronegócio torna-se protagonista nestas organizações, restando ao campesinato a inserção subalterna. Schneider J. (1971) já havia salientado que a evolução do cooperativismo está diretamente condicionada pela dinâmica do modelo de acumulação predominante, neste sentido o que parece uma contradição fundante e inconcebível teoricamente se torna possível na realidade, pois renegando os princípios cooperativistas que vedam a obtenção de lucro, muitas atuam justamente com essa centralidade.

No caso brasileiro o Estado desempenhou papel importante no crescimento quantitativo das cooperativas, regulamentando a atividade, criando normas de funcionamento, fiscalizando suas ações e dispondo de aportes creditícios ao segmento, porém, sempre indicando um caminho de caráter meramente empresarial e capitalista, como aponta Serra (2013). Evidentemente que isso somente foi possível devido à correlação de forças e disputas que infelizmente possibilitaram que o PCA se tornasse hegemônico na estrutura estatal brasileira.

Não é o momento de nos aprofundarmos, mas as cooperativas capitalistas também são palco de outras contradições, sobretudo por abrigarem trabalhadores assalariados, camponeses e capitalistas na mesma organização. Porém, como afirma Fabrini (2003), a classe burguesa acaba assumindo o papel de protagonista nestas corporações, este sem dúvida é o ponto central. Entretanto, paradoxalmente os camponeses se mantêm cooperados, afinal para a inserção em algumas políticas públicas se exige que os camponeses estejam cooperados. Ademais a integração a uma cooperativa capitalista é garantia de mercado para a produção, por extensão, manutenção da família e da propriedade, porém, a relação estabelecida é de subalternidade. Mas, esta ceara fica para um próximo trabalho.

Nesta fase de nossas reflexões, o desafio é afirmar que para os capitalistas o principal motivo para se aglutinarem em cooperativas é continuar ou ampliar a acumulação. A cooperativa em si, como estrutura não é o capital, mas essa estrutura tornou-se um instrumento a serviço do capital. Afinal, Santos (2008, p.94) já havia dito que “a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos

objetos”. Portanto, os capitalistas na disputa territorial, lançaram mão do cooperativismo como estratégia para defender seus projetos e interesses de classe.

OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E O COOPERATIVISMO CAMPONÊS

Na disputa pelo território os movimentos camponeses são responsáveis por produzirem espaços e territórios, que são determinantes para sua manutenção. Para Fernandes (2005) esses movimentos sociais devem ser analisados a partir de uma perspectiva geográfica, portanto na tentativa de romper com o uso de conceitos importados da sociologia, da economia, da história, tem proposto os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial, nos quais o território é importantíssimo para a análise.

Os movimentos socioespaciais são produzidos e produzem o espaço, isso entendido a partir das formulações de Lefebvre, pois o espaço é a materialização da existência humana (FERNANDES, 2005, p. 26), ademais o território é construído a partir do espaço, portanto todo movimento é socioespacial, mas nem todos são socioterritoriais, os são apenas aqueles que lutam por territórios, ou seja, os movimentos socioterritoriais tem no território a razão de sua existência.

O movimento social, ou movimento socioespacial e socioterritorial a partir de uma perspectiva geográfica, podem ser conceituados como qualquer grupo de pessoas que se organizem para uma determinada ação em defesa de seus interesses, como assevera Pedon (2013). Esta definição dá abrangência ao conceito e evita reducionismos, sobretudo se considerarmos que para um movimento existir não é necessário que ele se mantenha ao longo do tempo, apenas uma ação já o define como movimento.

É justamente a ação que vai determinar se o movimento é socioespacial ou socioterritorial. Os movimentos socioespaciais possuem diferentes escalas, podendo ocorrer em escala mundial ou local, as associações de bairro são bons exemplos de movimentos socioespaciais locais, assim como as manifestações de Junho/2013, que ocorreram nas principais capitais dos estados brasileiros e ficaram conhecidas como: Movimento Passe Livre, pois lutavam, entre outras coisas, contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. Já o *Greenpeace* é um exemplo de movimento socioespacial global, pois sua bandeira de luta, que é a defesa do meio ambiente, é defendida em todo o planeta.

Os movimentos socioterritoriais criam espaços de organização que possibilitam a sua materialização no território material, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que na luta para conquistar os territórios produziu espaços. Fernandes (1996) definiu estes espaços como: espaços de socialização política.

A primeira dimensão do espaço de socialização política é o espaço comunicativo, dedicado ao conhecer e ao aprender, é o espaço para debater as ideias e construir uma perspectiva de ação política; outra dimensão é o espaço interativo, mais avançado, pois os sujeitos já possuem conhecimento sobre a realidade e as possibilidades de ação; por fim, o espaço de luta e resistência, que é a manifestação pública dos sujeitos envolvidos no movimento e de seus

objetivos, se as demais dimensões são imateriais, esta é material e manifesta-se em marchas, ocupações de terra, de prédios públicos e privados.

No caso do MST o espaço comunicativo e o espaço interativo compõem o movimento socioespacial, porém, o movimento somente torna-se socioterritorial a partir do espaço de luta e resistência. Em síntese, os dois primeiros espaços são territórios imateriais, portanto movimento socioespacial, produtor de espaços, mas não de territórios, a partir do terceiro espaço, de luta e resistência, ele se torna socioterritorial, como podemos observar na figura 01.

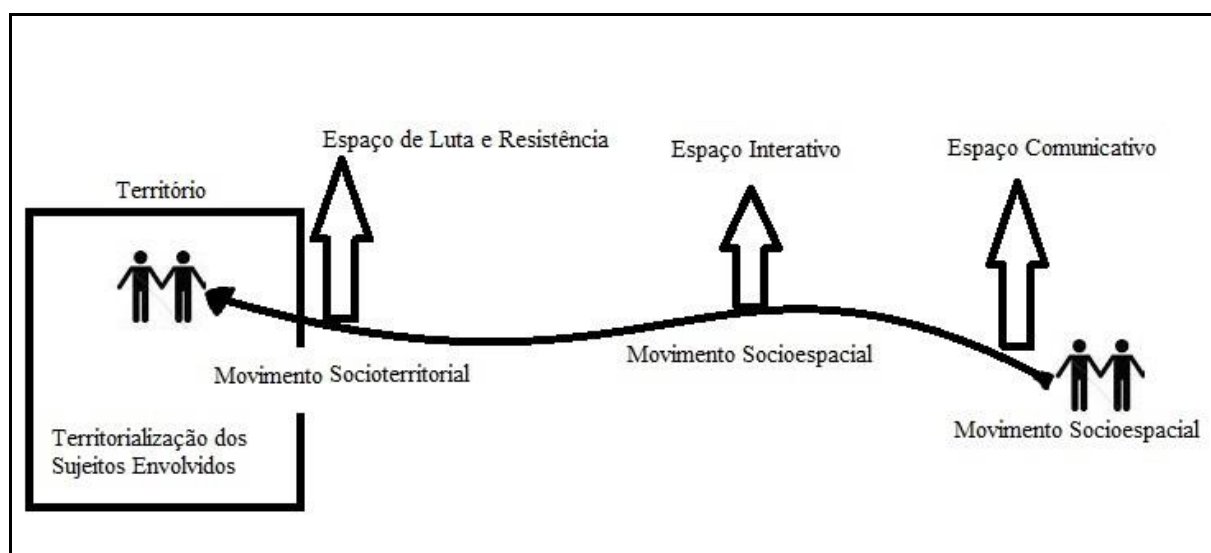


Figura 01: Esquema do espaço de socialização política.

Este processo de organização política, de luta e resistência leva à territorialização dos camponeses, pois quando o movimento socioterritorial acaba restam os sujeitos envolvidos e territorializados, como demonstra o esquema acima.

O MST luta pelo segundo território. Como movimento socioterritorial produziu espaços para se organizar, passou a lutar contra o modelo hegemônico que não reconhece o lugar do campesinato e a reivindicar seu território. Fernandes (1996, p. 236) destaca que “esta ação política acontece na luta que se originou na construção do espaço comunicativo, se organizou no espaço interativo e agora se apresenta publicamente como espaço de luta e resistência”. Portanto, a relação social criada e recriada no interior do movimento socioterritorial produziu espaços e possibilitou a conquista de territórios materiais.

O MST é um movimento socioterritorial que atua em diferentes lugares, não é um movimento local, ou seja, que atua em regiões específicas e limitadas, pelo contrário, ele se espacializou e passou a disputar o segundo território atuando em escala nacional, estando presente em 24 estados brasileiros.

A espacialização do movimento é importante para sua territorialização, pois se constitui na espacialização de suas experiências, como afirma Fernandes (2000). A ocupação de terras é uma ação do movimento socioterritorial fruto da espacialização das experiências e da territorialização

da luta. Para Fernandes (2000, p. 75) “os processos de espacialização e territorialização diminuem e podem terminar quando as famílias sem-terra conquistam todos os latifúndios de um ou mais municípios”, porém, neste momento inicia-se outro processo, o de territorialização dos sujeitos envolvidos.

O acampamento, parte integrante da ocupação, é a expressão material da luta pela terra, constitui-se numa fase anterior ao assentamento. No acampamento ocorre a espacialização e a territorialização da luta pela terra e pelo território, já no assentamento ocorre a territorialização dos camponeses.

Neste sentido, os camponeses assentados passam por um novo desafio: produzir e viver, ou seja, inicia-se a luta na terra. Portanto, desenvolvem estratégias para superar as dificuldades impostas pelas relações capitalistas que tendem a sufocá-los, entre elas destacamos o cooperativismo camponês, em especial o desenvolvido nos assentamentos coletivos, nos quais a terra e os meios de produção são de posse coletiva.

Os camponeses ao se apropriarem da organização cooperativa buscam organizar suas atividades produtivas após a conquista do território, buscam a reprodução da produção e da família camponesa. No entendimento do MST as cooperativas seriam também uma forma de superação da condição de exploração e subordinação criadas pelo modo de produção capitalista. Desempenhariam, segundo Fabrini e Marcos (2010), uma atividade caracteristicamente econômica, muitas vezes incentivando a produção em cadeia e a especialização para alcançarem melhores resultados, porém, sem desprezar a produção para o autoconsumo e o controle dos meios de produção.

Porém, elas não apresentaram os resultados esperados pelo MST, que pretendia utilizar este modelo como referência para a criação de assentamentos e formação de vanguarda para a luta pela terra, entretanto não houve uma reprodução satisfatória do modelo, tanto qualitativamente quanto quantitativamente. Alguns pontos foram levantados por Fabrini e Marcos (2010), um deles de caráter externo, pois a valorização da agricultura capitalista e do modelo do agronegócio tem colocado obstáculos para as iniciativas camponesas. A força política deste modelo dificulta o acesso às terras de reforma agrária, infraestrutura, assistência técnica e financiamentos. Já o outro ponto é de caráter interno, principalmente gerado por problemas de relacionamento entre os camponeses devido à estrutura hierarquizada das cooperativas, a prejuízos causados pela má gestão, a formação de grupos hegemônicos ou personalistas e o estranhamento em relação às decisões coletivas, que embora aceitas não são internalizadas.

Somam-se a isso as dificuldades dos camponeses em aceitar a lógica empresarial de trabalho, com horários rígidos e atividades segmentadas. Este conjunto de problemas faz com que as cooperativas não apresentem os resultados esperados pelo MST, pois há um confronto de racionalidades: a organizativa proposta e a do campesinato assentado.

Entretanto, não é possível situar esse debate nos termos de uma leitura formal, privilegiando sejam resultados mensuráveis quantitativa ou monetariamente falando, porque há

complexos níveis de gradação quando se objetiva compreender as experiências cooperativistas no interior dos territórios camponeses. Afinal, cada assentamento possui sua trajetória histórica, devendo ser compreendido no tempo e no espaço em suas múltiplas dimensões.

Portanto, apesar das dificuldades, no Paraná existem importantes cooperativas camponesas vinculadas ao MST, que inegavelmente têm se constituído em instrumentos valiosos para o desenvolvimento de ações coletivas e para a territorialização camponesa. A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), localizada na mesorregião noroeste do estado do Paraná, no município de Paranacity, é exemplo disso.

Em estudos recentes identificamos, a partir da COPAVI, que o cooperativismo é um importante mecanismo para evitar que a renda da terra camponesa seja apropriada pelo capital, sobretudo possibilitando aos cooperados a inserção no mercado sem a intermediação do capital industrial ou comercial. Para isso contribui a estratégia da policultura, mediante a qual se produz uma parte dos gêneros necessários à sobrevivência das famílias, reduzindo-se a dependência externa (ZENERATTI, 2012).

O cooperativismo camponês, diferente do capitalista, fundamenta-se na relação não capitalista, sua estrutura interna privilegia o trabalho familiar e a produção tende a manter bases de igualdade entre os sujeitos envolvidos. Para o campesinato a cooperação é uma estratégia de reprodução e que, ainda, garante certa autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação do território passa pela interpretação dos paradigmas que desenvolvem leituras sobre o território, a conflitualidade, a relação com o mercado, o lugar do campesinato ou do agricultor familiar, expressam a intencionalidade do pesquisador e o paradigma por ele utilizado.

A Geografia não permanece incólume a este movimento paradigmático, de conflitos imateriais e materiais, que disputam o entendimento do campo e propõem modelos para o campo. Entender estes processos exige considerar as rupturas e as continuidades na ciência, sobretudo na geografia agrária, desmistificar pré-conceitos e buscar compreender os sujeitos e as relações sociais que produzem espaços e territórios.

No território imaterial existem inegavelmente diversas disputas, os Paradigmas do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária são exemplos disso, assim como no território material há um choque de racionalidades, por um lado a agricultura capitalista propõem modelos que defendem seus interesses de classe, por outro, os camponeses lutam contra a hegemonia do modo capitalista de produção, produzindo movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

O mercado capitalista é território do capital, porém, os camponeses por meio do cooperativismo inserem-se neste mercado sem descaracterizar a unidade camponesa, isso aconteceria caso operassem segundo a lógica capitalista, sobretudo explorando o trabalho alheio para apropriar-se da mais-valia, isso descaracterizaria o trabalho camponês, por extensão a

cooperativa camponesa.

A cooperação é anterior ao capitalismo, porém, o modelo cooperativista moderno foi desenvolvido na Inglaterra no final do século XIX, por trabalhadores tecelões, justamente para tentarem superar a exploração do trabalho pelo capital. Da proposta original, pautada na igualdade entre as pessoas, na ajuda mútua e na priorização dos interesses comuns em detrimento ao auferimento de lucro, aos termos do cooperativismo atual há um enorme distanciamento, contudo a prática difundiu-se significativamente.

No campo brasileiro, as cooperativas agropecuárias capitalistas atuam como poderosos agentes a serviço do capital, desempenhando papel importante na transformação e distribuição da produção. Por outro lado, constituem-se em instrumentos de proteção dos camponeses aos mecanismos extorsivos próprios do modelo de acumulação capitalista. Neste caso, o cooperativismo assume outro conteúdo, sobretudo não capitalista.

A proposta cooperativista permite esta dicotomia, que cria organizações capitalistas e não capitalistas, o que determina é a intencionalidade dos sujeitos envolvidos. Afinal, como destacou Fernandes (2005) a relação social, por sua diversidade, cria vários tipos de território, formados por diferentes escalas e dimensões, materiais e imateriais. Portanto, o território capitalista é formado por relações sociais distintas do território camponês, evidentemente suas organizações cooperativas também são diferentes, podendo em alguns casos haver trocas e contatos entre elas, porém, mantendo a dinâmica fundante.

Estas são nossas primeiras reflexões a cerca do tema, porém, constitui-se em um passo importante para compreender os territórios e as relações sociais que os transformam continuamente, pois como lembra Lacoste (1988) combater no território pressupõe conhecê-lo profundamente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1990. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 1990.

CAMPOS, J. F. S; FERNANDES, B. M. O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **Campo-Território**. v. 6, n. 11, p. 21-52, fev., 2011.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DELEUSE, G; GUATTARI, F. **O que é filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1992.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAJARDO, S. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e das empresas globais do setor agroindustrial no Paraná.** 2007. 379f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP Presidente Prudente, 2007.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013. v. 1, 344f. Tese (Livre Docência) – UNESP Presidente Prudente, 2013.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SPOSITO, E.; SAQUET, M. (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2007.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA.** n. 6, p. 14-34, 2005.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre.** n. 15, p.59-86, 2000.

_____. **MST, formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas.** 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LACOSTE, Y. A geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial.** São Paulo: Unesp, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS. M. **A natureza do Espaço.** 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCHNEIDER, E. **Teoria Econômica.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente. In: LOUREIRO, M.R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SERRA, E. A participação do estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

no Brasil. **Campo-Território**. v. 8, n. 16, p. 6-37, ago.2013.

ZENERATTI, F. L. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa**. 2012. 158f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.